

RECURSO ESPECIAL Nº 1.854.735 - MS (2019/0380581-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : VANDA LUCIA DA SILVA FREITAS
ADVOGADOS : KATIUSCIA DA FONSECA LINDARTEVIZE - MS014649
JONHY LINDARTEVIZE - MS017520
RECORRIDO : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526
DIOGO AQUINO PARANHOS - MS012675

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC.** AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. (OI S.A). CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CESSÃO DE DIREITOS. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. CRITÉRIOS. TERMO INICIAL. A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA EXEQUENDA (CONFORME RESP Nº 1.301.989/RS, REL. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, j. 12/3/2014, DJe 19/3/2014, JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/73). REFORMA DO ACÓRDÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

VANDA LUCIA DA SILVA FREITAS (VANDA) interpôs agravo de instrumento contra decisão proferida nos autos de cumprimento de sentença promovido contra OI S.A. (OPERADORA), que fixou parâmetros para o cálculo de indenização de perdas e danos pela não entrega de ações da TELEBRÁS em virtude de condenação em ação civil pública.

Ao julgar o agravo, o TJMS deu-lhe parcial provimento nos termos da ementa a seguir destacada:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARÂMETROS DE CÁLCULOS PARA CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS – TAXA DE JUROS – AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE - NÚMERO DE AÇÕES – INCONTROVERSO - PRECLUSÃO - CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS E JUROS - A PARTIR DA MORA – DIVIDENDOS – DEVIDOS ATÉ CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E

PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A agravante não esclarece em seu recurso o porquê deveria ser alterados os juros de mora de 0,5% para 1%, ou seja, as razões de seu inconformismo a respeito, o que revela patente violação ao princípio da dialeticidade. 2. Restou incontroversa a quantidade de ações objeto da lide. Superada a fase de impugnação, qualquer discussão posterior a respeito está obstada pelo instituto da preclusão. 3. Dada a existência de distinguishing em relação ao recurso repetitivo – REsp n. 1.301.989/RS, bem como ante à ausência de efeito erga omnes no que diz respeito à decisão monocrática proferida no REsp n. 1.297.737/MS, para fins de conversão em perdas e danos, deverá ser considerado não o dia em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva, qual seja, 25/09/2012, mas sim seu comando, que fixou o prazo de 180 dias a contar da intimação da sentença, qual seja, 22/12/2002. 4. Em relação aos juros de mora estes serão devidos desde a conversão das ações em moeda corrente, ou seja, 22/12/2002. 5. São devidos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua conversão em moeda corrente pela perdas e danos, ou seja, 22/12/2002 (e-STJ, fl. 32).

Ainda irresignada, VANDA interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando, a par de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 927, III, e 1.036 do NCPC. Sustentou, em síntese, que (1) a conversão em perdas e danos deve ser feita com base na data do trânsito em julgado da sentença exequenda; (2) os juros de mora incidem a partir da citação na ação civil pública; e (3) os dividendos são devidos da data em que as ações deveriam ter sido subscritas até o trânsito em julgado da ação civil pública.

Após a apresentação das contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (e-STJ fls. 64/69 e 71/73).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta provimento.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1, 2 e 3) Dos parâmetros adotados para conversão da obrigação de fazer (entrega de ações TELEBRAS) em perdas e danos, do termo inicial dos juros de mora e do período em que são devidos os dividendos

Quanto a conversão em perdas e danos, ao termo inicial dos juros de mora e ao período de pagamento dos dividendos, o TJMS consignou que:

Diante de tais circunstâncias, dada a existência de distinguishing em relação ao recurso repetitivo – REsp n. 1.301.989/RS, bem como ante à ausência de efeito erga omnes no que diz respeito à decisão monocrática proferida no REsp n. 1.297.737/MS, ao contrário do defendido pela parte agravante, mantenho o entendimento de que, para fins de conversão em perdas e danos, deverá ser considerado não o dia em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva, qual seja, 25/09/2012, mas sim seu comando, que fixou o prazo de 180 dias a contar da intimação da sentença, qual seja, 22/12/2002, como constou no item "i" da decisão agravada.

Com relação aos juros de mora, o juiz "a quo" entendeu que deveriam incidir à partir da conversão (item "j"). Contudo, insurge-se a parte agravante no sentido de que estes são devidos desde a citação na ação de conhecimento (24/09/1997).

[...]

Todavia, conforme já adiantado, a sentença proferida em ação coletiva estipulou prazo de 180 dias a contar da sua intimação, para que efetivamente fosse cumprida a obrigação. Consequentemente, somente após o decurso desse lapso temporal poder-se-ia falar em inadimplemento da empresa de telefonia e consequente constituição em mora. Entendimento contrário, ofenderia o próprio título judicial.

Portanto, em relação aos juros de mora estes serão devidos desde a conversão das ações em moeda corrente, ou seja, 22/12/2002, nos moldes fixados pelo juízo "a quo".

[...]

Em relação ao termo final para o cálculo dos dividendos, não assiste razão à parte agravante.

A sentença exequenda determinou a subscrição de ações e pagamento de dividendos até a data da conversão, como remuneração pela demora na entrega são devidos dividendos. Com a conversão, toda a obrigação do devedor se transforma em valores, sobre os quais deveram incidir tão somente correção

monetária para evitar a perda remuneratória pela desvalorização da moeda no tempo, bem como juros de mora, previstos em lei para penalizar o devedor e reparar o credor pelo atraso no cumprimento da obrigação.

Ao declinar os parâmetros para o cálculo dos dividendos das ações (cuja entrega ficou assentada no mesmo título executivo) o juiz a quo definiu que deveria ser considerado a data inicial de 24 de dezembro de 1996 (data da assembleia geral que determinou a integralização da participação financeira dos assinantes) e termo final em 22 de dezembro de 2002 (que corresponde ao prazo concedido no título executivo para o cumprimento da obrigação de entregar as ações e prestar contas).

Ocorre que, conforme já decidido em inúmeros outros recursos versando sobre a mesma questão, o termo final indicado no título executivo para cumprimento da obrigação de fazer, consistente na retribuição das ações da Telebras, não guarda pertinência alguma com o termo final da indenização pelos dividendos.

Com efeito e em conformidade com o dispositivo do título executivo, a condenação imposta à agravada abrange (1) retribuição em ações da TELEBRAS correspondente à participação financeira dos assinantes, bem como (2) aos dividendos dessas ações desde a data em que deveria ter ocorrido a retribuição, qual seja 24 de dezembro de 1996.

Daí que, se os dividendos são uma parcela do lucro apurado por uma sociedade anônima, distribuída aos acionistas por ocasião do encerramento do exercício social (art. 202, da Lei 6.404/76), forçoso concluir que serão devidos enquanto o acionista permanecer nesta condição, ou seja, enquanto possuir ações.

O título executivo reconheceu o direito do recorrente ao recebimento de ações e ao pagamento de indenização pelos respectivos dividendos (a que teria direito o assinante caso a concessionária tivesse cumprido a obrigação imposta na sentença), como se acionista fosse, desde 24 de dezembro de 1996.

De forma que somente depois do efetivo cumprimento da obrigação e entrega as ações ou sua liquidação, não será mais devida indenização correspondente aos dividendos. Essa orientação consta do título executivo e não pode ser alterada em virtude dos efeitos da coisa julgada e, consequentemente, do princípio da fidelidade ao título.

Dessarte, são devidos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua conversão em moeda corrente pela perdas e danos, ou seja, 22/12/2002, nos moldes fixados pelo juízo a quo na decisão agravada, item "h" (e-STJ fls. 36/38).

A ação civil pública da qual se originou a presente execução individual de sentença contém o seguinte dispositivo:

JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A... para o fim de determinar à ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléia geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias (sem destaque no original).

Observa-se da leitura das razões do acórdão recorrido que a Corte estadual entendeu que, tendo sido concedido à empresa de telefonia prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da intimação da sentença, a conversão das ações deveria se dar quando exaurido esse período.

Contudo, em que pese o entendimento firmado na instância *a quo*, não se identifica, no dispositivo da sentença exequenda, determinação acerca da data de conversão do saldo acionário em indenização, mas apenas a fixação de prazo para cumprimento da obrigação (entrega de ações), que não pode ser confundido com data para a conversão em perdas e danos.

A sentença exequenda tão somente fixou o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o cumprimento específico da obrigação (entrega das ações), "contado da data de intimação da sentença" a fim de que a ré procedesse à retribuição em ações, sem definir parâmetros ou critérios para a hipótese de conversão dessa obrigação em perdas e danos.

A eg. Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial nº 1.301.989/RS (Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, j. 12/3/2014, DJe 19/3/2014), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), firmou entendimento de que, **na impossibilidade de subscrição de ações, o critério de**

conversão em perdas e danos deve ser a cotação das ações em bolsa de valores na data do trânsito em julgado da demanda, os juros de mora incidentes a partir da citação e os dividendos são devidos desde a data em que as ações deveriam ter sido subscritas até a data do trânsito em julgado da ação de conhecimento, em acórdão assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CESSÃO DE DIREITOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. CRITÉRIOS. COISA JULGADA. RESSALVA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para ajuizar ação de complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir, expressa ou tacitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias.

1.2. Converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação.

1.3. Os dividendos são devidos durante todo o período em que o consumidor integrou ou deveria ter integrado os quadros societários.

1.3.1. Sobre o valor dos dividendos não pagos, incide correção monetária desde a data de vencimento da obrigação, nos termos do art. 205, § 3º, Lei 6.404/76, e juros de mora desde a citação.

1.3.2. No caso das ações convertidas em perdas e danos, é devido o pagamento de dividendos desde a data em que as ações deveriam ter sido subscritas, até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento, incidindo juros de mora e correção monetária segundo os critérios do item anterior.

1.4. Ressalva da manutenção de critérios diversos nas hipóteses de coisa julgada.

[...]

3. RECURSO ESPECIAL DE BRASIL TELECOM S/A NÃO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL DE SÉRGIO MARQUES ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO (sem destaque no original).

Tem-se, assim, que o acórdão recorrido está em desacordo com a jurisprudência firmada nesta Corte, devendo ser reformado, quanto ao ponto.

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial a fim de determinar que o critério de conversão em perdas e danos seja a cotação das ações em bolsa de valores na data do trânsito em julgado da demanda, no caso, da ação civil pública, estabelecer que os juros de mora incidam a partir da citação da ação de conhecimento e determinar que os dividendos são devidos da data em que as ações deveriam ter sido subscritas até o trânsito em julgado da ação civil pública.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator